

ARTIGO

Trabalho ubíquo na pós-graduação *stricto sensu* em educação: in/extensificação e multitarefa*

Rafael da Cunha Lara^I 

Elisa Maria Quartiero^{II} 

Lucídio Bianchetti^I 

RESUMO

O trabalho docente universitário mediado por tecnologias digitais e móveis ganha cada vez mais contornos de atividade ubíqua, com suas paradoxais repercussões que afetam dois elementos comuns a todas as atividades humanas: tempo e espaço. Desbordamentos de fronteiras entre público e privado e a incorporação do *modus operandi* da reestruturação produtiva nas políticas de regulação e avaliação da pós-graduação brasileira tensionam o trabalho docente sob diferentes aspectos. Com base em investigação realizada com docentes de 48 cursos de doutorado em educação, analisamos as tendências do trabalho ubíquo, em um contexto em que trabalho e educação enfrentam forte ataque das políticas governamentais. As análises sinalizam uma intensificação do caráter multitarefa de trabalhar e da in/extensificação do trabalho para outros tempos e espaços, o que redesenha e compromete o trabalho intelectual dos pesquisadores.

PALAVRAS-CHAVE

trabalho ubíquo; pós-graduação; in/extensificação do trabalho.

*Uma versão reduzida deste texto foi apresentada na 38ª Reunião Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), em São Luís, em 2017, tendo recebido parecer favorável à publicação na Revista Brasileira de Educação (RBE).

^IUniversidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil.

^{II}Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil.

UBIQUITOUS WORK IN POST-GRADUATION STRICTO SENSU IN EDUCATION: IN/EXTENSIFICATION AND MULTI-TASKING

ABSTRACT

The work of university teaching mediated by digital and mobile technologies increasingly gains in ubiquitous activity, with its paradoxical repercussions that affect two elements common to all human activities: time and space. Public-private boundary overflows and the incorporation of the *modus operandi* of productive restructuring into policies for regulation and evaluation of Brazilian post-graduation studies create tensions in various aspects of the work of university teaching. Based on an investigation conducted among professors at 48 doctorate education courses, we analyze the trends toward ubiquitous work, in a context in which work and education are under severe attack by government policies. The analyses indicate an intensification of the multi-tasking character of the work and of the in/extensification of the work to other times and spaces, which redesigns and compromises the intellectual work of the researchers.

KEYWORDS

ubiquitous work; graduate studies; in/extensification of work.

TRABAJO UBÍQUO EN EL POSGRADO STRICTO SENSU EN EDUCACIÓN: IN/EXTENSIFICACIÓN Y MULTITAREAS

RESUMEN

El trabajo docente universitario mediado por tecnologías digitales y móviles gana cada vez más rasgos de actividad ubicua, con sus paradójales repercusiones que afectan dos elementos comunes a todas las actividades humanas: tiempo y espacio. Desbordamientos de fronteras entre público y privado y la incorporación del *modus operandi* de la reestructuración productiva en las políticas de regulación y evaluación del posgrado brasileño, tensionan el trabajo docente bajo diferentes aspectos. A partir de investigación realizada junto a docentes de 48 cursos de doctorado en educación, analizamos las tendencias del trabajo ubicuo, en un contexto en el que trabajo y educación están bajo fuerte ataque de las políticas gubernamentales. Los análisis han señalado una intensificación del carácter multitarea de trabajar y de la in/extensificación del trabajo hacia otros tiempos y espacios, lo que rediseña y compromete el trabajo intelectual de los investigadores.

PALABRAS CLAVE

trabajo ubicuo; posgrado; in/extensificación del trabajo.

INTRODUÇÃO

Neste texto analisamos os processos de trabalho de professores que atuam na pós-graduação *stricto sensu* em educação em cinco regiões geográficas brasileiras, considerando a incorporação das tecnologias digitais (TDs) e móveis. Nesse âmbito, o presente estudo apresenta-se coetâneo com as necessidades do tempo presente, em especial no Brasil, país no qual temos assistido a uma série de ataques aos direitos sociais, sobretudo no tocante ao trabalho e à educação,¹ por meio de dispositivos governamentais, apoiados e/ou patrocinados por diferentes meios legais, via parlamento, e por estratégias dos aparatos mediáticos da sociedade. Evidenciar os retrocessos nessas áreas demanda compreender o lugar da pesquisa e do trabalho na pós-graduação em um contexto de fusões de uma série de elementos políticos, econômicos e culturais. Para tanto, analisamos o fenômeno da ubiquidade com base nas das relações estabelecidas entre tecnologias, tempos e espaços, considerando os sentidos atribuídos pelos professores participantes da pesquisa ao seu trabalho na pós-graduação. Na pesquisa realizada, constatamos o caráter ubíquo que perpassa o trabalho docente — na acepção que lhe empresta Santaella (2007, 2010, 2013) —, haja vista que para 98,3% dos professores o redimensionamento de tempos e espaços de trabalho foi o aspecto que mais se alterou.

Compreendemos a emergência da ubiquidade no trabalho como decorrência da incorporação de TDs ao cotidiano e das fissuras perpetradas em duas dimensões comuns a todas as atividades humanas: tempo e espaço, o que torna a ubiquidade um fenômeno multidisciplinar. Sua origem pode ser localizada, segundo Thompson (2002), na gradativa disjunção espaço-tempo, intensificada a partir do século XIX com os meios de transporte e de comunicação, em um processo no qual o distanciamento espacial foi aumentando, enquanto a demora temporal foi sendo virtualmente eliminada, alterando a percepção social de que “o mesmo tempo” pressupunha “o mesmo lugar” e dando um novo sentido à experiência da simultaneidade.

A ubiquidade, como construção social, está ligada à ideia de onipresença e é caracterizada como uma faculdade com nuances divinas e/ou como a qualidade de o indivíduo estar concomitantemente presente em diferentes lugares ou em toda parte, o tempo todo. Nos estudos sobre cultura digital, a ubiquidade aparece atrelada ao advento da chamada “hipermobilidade”, a mobilidade física acrescida de uma segunda mobilidade no ciberespaço, propiciada pelo uso de dispositivos digitais

1 Em termos gerais, a título de exemplo dos retrocessos no campo social com impacto direto sobre os âmbitos do trabalho e da educação, destacamos as reformas na educação básica, os projetos “Escola sem Partido” colocados em pauta nos estados e municípios, o congelamento de investimentos públicos e a reforma trabalhista realizada de modo fragmentado e escamoteado, com substanciais mudanças nos direitos dos trabalhadores, como o trabalho intermitente e a terceirização indiscriminada para atender às demandas do mercado de trabalho por empregados polivalentes, a *uberização* do trabalho e o ardil da flexibilidade (Dal Rosso, 2017) e a precarização dos serviços públicos. Especificamente no tocante à pós-graduação *stricto sensu*, destacam-se sucessivas medidas que resultam na intensificação e na extensificação da jornada de trabalho ou no chamado “produtivismo acadêmico”, que traz como decorrência um “mal-estar na academia” (Trein e Rodrigues, 2010).

e móveis. Tal particularidade das sociedades contemporâneas está relacionada à emergência dos espaços multidimensionais, que levam a um controverso processo de presença-ausência, de público-privado. Na perspectiva de Santaella (2013, p. 128), a ubiquidade tornou-se possível pela emergência de um outro espaço que não o físico (o ciberespaço), ambiência na qual o ser humano adquire o “poder de estar em mais de um lugar ao mesmo tempo [...], onipresente”, em uma “recém-adquirida condição do ser humano em ser ubíquo [...]”.

Entendemos que esse é um fenômeno que, além de emergente, precisa ser mais bem compreendido nos estudos sobre o trabalho e em suas relações com outras especificidades oriundas do campo social, das políticas de governo, da reestruturação produtiva e das novas morfologias do trabalho. Inclui-se nessa discussão a própria conotação ubíqua do trabalho contemporâneo, objeto de análise cujos contornos ainda não aparecem muito bem definidos. No presente texto, em um primeiro momento trazemos à tela o desenho da pesquisa realizada: seus propósitos, sujeitos e eixos de análise, assim como uma breve caracterização dos professores/pesquisadores que participaram da pesquisa. Em um segundo momento, analisamos os usos das TDs pelos professores em seus contextos e condições de trabalho, com ênfase nas implicações dos usos das tecnologias móveis.

DESENHO DA PESQUISA

Considerando a abordagem do estudo de caso múltiplo (Yin, 2001), a pesquisa envolveu professores que atuavam em cursos de doutorado de programas de pós-graduação em educação (PPGEs) de universidades públicas e particulares das cinco regiões geográficas brasileiras, com o objetivo de analisar quais eram e de que modo se evidenciavam os tensionamentos da incorporação de TDs ao trabalho desses professores, tradicionalmente permeado por espaços e tempos de reflexão e aprofundamento. Para isso, desenvolvemos uma matriz de análise *a priori*, dentro de quatro eixos:

1. caracterização do trabalho docente na pós-graduação, com uso das TDs;
2. identificação dos processos de trabalho na pós-graduação com uso das TDs;
3. sentidos atribuídos pelos professores ao seu trabalho docente na pós-graduação com o uso das TDs;
4. relação entre as transformações nos processos de trabalho na pós-graduação e o uso das TDs.

O primeiro procedimento adotado foi a definição dos sujeitos de pesquisa. Como primeiro critério de delimitação, foi decidido que os participantes seriam aqueles que atuavam em cursos de doutorado em educação em seus respectivos programas. Consideramos, por um lado, que a atuação nesse nível de formação permite vivenciar com intensidade a necessidade de incorporação de TDs aos processos de trabalho, haja vista a informatização de processos e a adoção de plataformas digitais pelos órgãos reguladores da pós-graduação e pelas próprias universidades.

Por outro, teríamos professores mais experientes e produtivos nesse nível de ensino, o que consideramos importante na organização metodológica, a fim de entender as transformações no trabalho realizado na pós-graduação *stricto sensu*. Ao cruzar as informações disponíveis nos bancos de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), sobre os cursos de doutorado em educação recomendados — 66, até o final de 2015 —, estabelecemos o segundo critério de delimitação dos sujeitos de pesquisa: incluir somente cursos de doutorado nos quais houvesse pelo menos uma defesa de tese até o momento da pesquisa. Com isso, consideramos ter a garantia de contar com cursos de doutorado funcionando há pelo menos quatro anos, o que daria condições para seus docentes realizarem uma análise mais abrangente do trabalho nesse nível de formação. Por esses critérios, chegamos ao número de 48 cursos de doutorado em educação, com um total de 1.169 docentes, conforme dados obtidos na Plataforma Sucupira e nos PPGes.

Considerando que os sujeitos de pesquisa estavam geograficamente dispersos e eram quantitativamente numerosos, optamos pelo uso do questionário como instrumento de coleta de dados. O questionário foi enviado, eletronicamente, a todos os professores dos 48 PPGes. Ao final, obtivemos o retorno de 293 professores, 25,06% do total, índice considerado satisfatório por estar acima do que os parâmetros da inferência estatística exigem para expressar a porcentagem viável e válida da amostra, segundo Barbetta (2002) e Parma (2015).

CARACTERIZAÇÃO DOS PROFESSORES/ PESQUISADORES PARTICIPANTES DA PESQUISA

No que se refere à adesão por região geográfica, a participação na pesquisa apresentou-se em acordo com a dispersão dos PPGes em educação com cursos de doutorado e mostrou equilíbrio na proporção dos 293 participantes em relação ao número de professores em cada região. O Gráfico 1 permite visualizar essa participação.

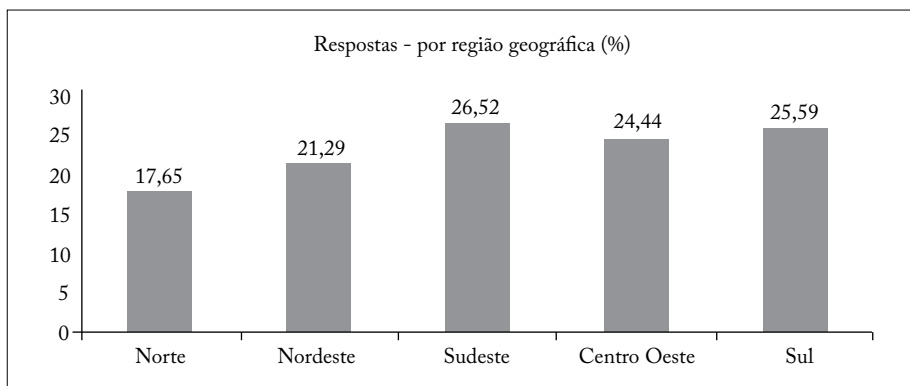


Gráfico 1 – Percentual de participação dos professores por região geográfica.

Fonte: Banco de dados da pesquisa (2017). Elaboração dos autores.

Os participantes da pesquisa caracterizaram-se por serem, em sua maioria, do sexo feminino (68%), cuja faixa etária predominante era de 46 a 50 anos (com índices significativos também na faixa dos 51 aos 55 e dos 56 aos 60 anos). Quanto ao vínculo de trabalho, 73,5% dos professores eram servidores federais ou estaduais concursados, com regime de trabalho, ao menos formalmente, bem definido, de 40 horas semanais com dedicação exclusiva. A Tabela 1 apresenta esses dados.

Tabela 1 – Percentual de participantes da pesquisa por dependência administrativa das instituições de ensino superior.

Dependência administrativa	Instituições de ensino superior envolvidas (%)	Professores envolvidos (%)
Estadual	14,58	23,89
Federal	54,17	58,02
Particular	31,25	18,09

Fonte: Banco de dados da pesquisa (2017). Elaboração dos autores.

O tempo de atuação no doutorado era bastante variado, não existindo uma predominância, com a maior incidência no tempo de mais de 15 anos e entre 5 e 9 anos de atuação. A maioria (69% dos participantes) atuava somente em um programa de pós-graduação.

DA UBIQUIDADE AO TRABALHO UBÍQUO

Por trabalho ubíquo entendemos a condição ou o caráter ubíquo que perpassa as atividades humanas nas chamadas sociedades tecnológicas, sendo que em algumas delas isso se dá de modo mais intenso — e aqui podemos citar a docente —, considerando a incorporação de TDs e móveis ao cotidiano de vida privada e de trabalho. Uma breve revisão de literatura permite vislumbrar que trabalho ubíquo não se trata de um conceito usual; no entanto, aspectos relacionados à ubiquidade têm se tornado emergentes em áreas como computação, informática, engenharia, automação, sistemas de informação, comunicação e educação, todas apresentando interface com as tecnologias digitais. Apesar disso, as pesquisas, além de escassas, estão mais restritas a postos de trabalho ubíquos (como a computação em nuvem ou em processos de automação) e a processos comunicacionais instaurados pelo paradigma da cultura digital.

De nossa perspectiva, o trabalho ubíquo como característica emergente do trabalho docente não está restrito aos processos de trabalho realizados por meio das TDs, mas é tributário da ubiquidade característica da cultura digital instaurada sob o capitalismo tardio (Crary, 2014) e que permeia processos comunicacionais, de ensino e aprendizagem e, por conseguinte, de trabalho, dada a intersecção dos espaços *on-line* e *off-line*. Tal noção de ubiquidade tensiona os sentidos tradicionais de tempos e espaços e altera os mecanismos e a lógica de comunicação, razão pela qual a semiologia tem sido referência nas discussões sobre o tema (Santaella,

2013). Residem, como características da ubiquidade, as relações entre as mediações tecnológicas e a pulverização das temporalidades, a ampliação e a fusão de espaços pela emergência do ciberespaço como lugar de vida social, a hipermobilidade, a simultaneidade e a onipresença e o caráter multitarefa. A conotação ubíqua do trabalho docente, nesse contexto, diz respeito à ampliação de espaços de atuação simultânea dos professores, como decorrência dos preceitos da mobilidade que a incorporação de TDs ao cotidiano proporciona, em virtude do desbordamento de fronteiras de diferentes espaços, o público e o privado, bem como do redimensionamento do sentido de ausência e presença e de lugar e não lugar, visto que com os atributos da ubiquidade os indivíduos passam a estar “sempre presentes” e sempre “disponíveis”, acessíveis (Powers, 2012; Santaella, 2007).

Nesse sentido, o trabalho ubíquo está intrinsecamente associado aos usos de dispositivos digitais e móveis, que abrem as portas para o trabalho independentemente dos espaços físicos (Dal Rosso, 2008) ou do tempo formal de trabalho. Trata-se, por isso mesmo, de uma característica paradoxal da dinâmica do mundo social contemporâneo, decorrente de uma série de transformações históricas, políticas e sociais, que alteram a percepção sobre tempos e lugares (Augé, 2012) e no qual a tecnologia extrapola a esfera do trabalho (Cattani e Holzmann, 2011), tornando obsoleto o conceito de teletrabalho.

Em nossa análise, partimos da constatação da centralidade das TDs para os processos de reestruturação produtiva e mundialização do capital, com suas repercussões ao mundo do trabalho: o desemprego tecnológico (Bastos, 2011); a formação de um *cibertariado* no setor de serviços, de telecomunicações e de tecnologias (Antunes e Braga, 2011); captura da subjetividade do trabalhador (Alves, 2011), objetivadas em *softwares* e programação dos dispositivos (Sennett, 2012), que leva à intensificação dos ritmos de trabalho (Dal Rosso, 2008) e à necessidade de requalificação ou conformação do trabalhador, correndo risco de ser considerado obsoleto e perder seu posto de trabalho (Bianchetti, 2008), entre outros. Além disso, Harvey (2012), atualizando o pensamento de Marx, reconhecemos nas TDs os pilares que tornam possíveis a mundialização econômica no incessante afã do capital de reproduzir-se *ad infinitum*, em romper e contornar obstáculos espaciotemporais para sua circulação e reprodução.

Por sua vez, a adoção do ideário neoliberal nas políticas de regulação das universidades subordinadas às necessidades do mercado (Chauí, 1999) traz, como consequências, a precarização e a intensificação e o controle sobre o trabalho docente (Sguissardi e Silva Jr., 2009), com modos muitas vezes compulsórios de incorporação de tecnologias aos processos de trabalho. Embora não se possa buscar nas tecnologias as causas ou consequências do fenômeno, os discursos entusiastas sobre sua incorporação ao trabalho muitas vezes mascaram aspectos perversos na lógica do modo de produção capitalista: a degradação real das condições de trabalho e, por conseguinte, a degradação do trabalhador (Antunes e Braga, 2011).

Acrescentam-se a essa conjuntura os componentes da cultura digital na qual, constantemente conectadas, as pessoas passam a ter uma experiência de vida ubíqua, o que traz repercussões sobre o fazer e o pensar que perpassam o trabalho docente na pós-graduação. Em paralelo à *uberização* do trabalho (Abílio, 2017),

à criação da primeira universidade sem professores no Vale do Silício, à ameaça real do desemprego (tecnológico ou não) e do fim dos intelectuais acadêmicos (Bianchetti, Vale e Pereira, 2015), o trabalho ubíquo constitui-se como temática emergente e urgente nos campos de estudo sobre trabalho docente e para a agenda da pós-graduação *stricto sensu* brasileira.

Em nossa pesquisa identificamos que as TDs (que potencializam a condição ubíqua de vida) estão incorporadas ao cotidiano docente: 77,5% dos professores as utilizavam na maioria das atividades de lazer e entretenimento; 74,4% utilizavam internet em dispositivos móveis e 74,7% mantinham-se conectados durante grande parte do seu tempo. Essas características independem de fatores geracionais entre os participantes do estudo. Embora as alterações provocadas pelo uso das TDs tenham melhorado processos de trabalho (como o acesso a fontes qualificadas de informação; a agilidade nas comunicações e na organização de dados, entre outros pontos destacados pelos professores), no que diz respeito a aspectos da ubiquidade, o uso dessas tecnologias no trabalho docente é controverso sob diferentes enfoques.

A nuvem de palavras na Figura 1 evidencia as principais ocorrências sobre as alterações ocasionadas uso de TDs, conforme depoimentos dos professores participantes da pesquisa.

Entre os depoimentos dos professores,² analisamos neste artigo aqueles que dizem respeito diretamente às alterações no trabalho em relação a elementos subjacentes à ubiquidade: tempos e espaços, simultaneidade, presença e ausência, que em conjunto caracterizam como o trabalho ubíquo se vem constituindo no cotidiano de professores da pós-graduação brasileira. Cabe a ressalva de que, embora apareçam depoimentos que chamem atenção para a celeridade de alguns processos ubíquos (a



Figura 1 – Termos mais utilizados pelos participantes da pesquisa para descrever as alterações em seu trabalho com o uso de tecnologias digitais.

Fonte: Banco de dados da pesquisa. Elaboração dos autores.

2 Para manter o anonimato dos depoentes, utilizaremos a letra P seguida de uma sequência numérica (por exemplo: P001) para identificar os(as) participantes da pesquisa em seus depoimentos.

dispensa da presença física em alguns momentos e maior facilidade de organizar o trabalho, por exemplo), neste texto priorizamos as análises sobre os tensionamentos do trabalho ubíquo para o cotidiano dos professores/pesquisadores que participaram da pesquisa. Não se trata de suprimir o contraditório, mas de fazer um recorte sobre alguns dos resultados da pesquisa, que por sua amplitude não seria possível cotejar em sua totalidade no espaço deste artigo. Reforçamos esse ponto da discussão dos resultados da pesquisa após as análises das respostas dos participantes, ou seja, não se trata de prenoções confirmadas ou não pela pesquisa, mas da análise mesma das respostas dos participantes na conclusão da pesquisa (Paugam, 2015).

TRABALHO UBÍQUO IN/EXTENSIFICADO

O modo ubíquo como se organiza o cotidiano contemporâneo está diretamente ligado a uma mudança paradigmática no chamado rito da conexão, que ocasiona a corrosão de fronteiras de lugares e espaços públicos e privados. Segundo estudos de Santaella (2007), nos primeiros anos de uso da internet a entrada no ciberespaço exigia um ritual de tempos e movimentos em determinado espaço físico: dirigir-se a um local físico fixo, ligar o computador e estabelecer conexão via *modem*. No entanto, com a difusão da internet móvel esse ritual foi abolido; o que está contido no ciberespaço pode “saltar” para o espaço no qual o indivíduo se encontra. No que se refere a essa questão, não há ritual, não há preparação: quando constantemente e continuamente conectadas, as pessoas ficam à disposição do que vem pelo ciberespaço a qualquer tempo — inclusive, no caso que nos interessa, as demandas de trabalho. Os dados antes mencionados de que, predominantemente, os participantes da pesquisa mantinham-se continuamente conectados corroboram esse aspecto destacado na literatura especializada em estudos da comunicação. Desse modo, seria insuficiente afirmar que os ritos de conexão foram alterados, mas sim suprimidos, conforme apresentado por Santaella (2007), pois independem de equipamentos fixos em um lugar, que demandem deslocamento dos indivíduos a fim de estabelecer conexão. É isso o que constitui o conceito semiológico de comunicação ubíqua (Santaella, 2013), instaurado pela emergência da comunicação via dispositivos móveis conectados à internet.

O espaço digital, nesse sentido, coincide com os espaços físicos. *On-line* e *off-line*, cada vez mais, constituem uma mistura inextrincável no tecido social. Todavia, a reconfiguração dos sentidos de espaço não ocorre desvinculada dos sentidos de tempos, e, nesse contexto, os sentidos do trabalho também são reconfigurados.

Em nossa pesquisa, um dos elementos recorrentes nos depoimentos dos professores sobre as alterações em seu trabalho com a incorporação das TDs diz respeito à extensificação do trabalho para outros espaços, originalmente privado, o que é, ao mesmo tempo, causa e consequência da intensificação do trabalho. Para 82,6% dos professores, uma das mais profundas alterações ocasionadas pela incorporação de TDs é o fato de o trabalho invadir momentos e espaços de lazer e descanso. O redimensionamento de tempos e espaços de trabalho traduz-se como o prolongamento de tempos (mais-valia absoluta e relativa, concomitantes) e espaços (permeabilização das fronteiras) de trabalho (Bianchetti, 2008), o que nos parece

remeter ao que Marx (1996) havia anunciado como o processo de subordinação formal em sujeição real do trabalho ao capital. Em contextos de ubiquidade do trabalho, essa dinâmica torna insuficiente falar apenas de intensificação, haja vista a propensão para que as atividades sejam também extensificadas para outros espaços, *on-line* e *off-line*. Nesse cenário, a conjugação in/extensificação do trabalho parece ser a mais adequada para designar esses processos.

O uso das TDs, somado às condições de trabalho, favorece para que muitos professores (70,1% entre os participantes da pesquisa) não se “desliguem” do trabalho docente em momentos de não trabalho. Alguns depoimentos evidenciaram uma condição de trabalho degradante: “Não tenho mais tempo livre, tempo para lazer, fins de semana, feriados e férias. O tempo para os amigos e familiares desapareceu. Tudo virou trabalho” (P004). Ou ainda: “O tempo de trabalho invadiu o meu tempo de lazer” (P005). “Não há mais férias ou tempo livre do trabalho” (P014). Tal movimento de conjugação espaço-tempo de trabalho e não trabalho não é novidade, mas ganha novas conotações com a ubiquidade do modo de vida contemporâneo. Na tradição marxiana (Marx, 2011, 1996), por exemplo, encontramos os aportes para a compreensão do processo de exploração e expropriação dos trabalhadores, na qual a categoria tempo aparece como fundamental, pois está na base da produção de mercadorias. Se o trabalhador contemporâneo se vê com cada vez menos tempo livre e se, em alguns casos, a ubiquidade nos processos de trabalho faz com que ele trabalhe mais tempo do que antes, isso reforça, uma vez mais, a atualidade do pensamento de Marx, ao constatar o impulso imanente da produção capitalista de apropriar-se do trabalho durante as 24 horas do dia, aspecto este ressaltado, na atualidade, na obra de Crary (2014).

Inúmeros depoimentos dos professores sinalizaram para um trabalho em tempo integral; para a invasão, pelo trabalho, de tempos e espaços de não trabalho; para a expropriação do tempo. Ao tomar como referência as distinções marxianas entre exploração e expropriação, entendemos que o modelo CAPES de avaliação e regulação da pós-graduação, sob os auspícios da lógica do capital, expropria do professor o seu tempo de não trabalho, considerando os depoimentos de como os participantes da pesquisa representaram o seu trabalho com o uso de TDs e móveis. Embora muitos professores tenham personificado nas TDs as condições para um trabalho mais degradante na pós-graduação, é a lógica sob a qual esse processo se desenvolve que favorece que “o trabalho [venha] pelo ar” (P057). “O trabalho praticamente ocupa todo o tempo disponível. As TDs [...] intensificaram o trabalho, aumentaram a produtividade [...]. O problema não está no avanço das tecnologias, mas sim no uso que os centros controladores do trabalho docente fazem delas” (P051).

Entre os depoimentos acerca da in/extensificação do tempo de trabalho, observamos que esse é um fenômeno sistêmico e independe de variáveis, tais como tipo de organização administrativa das universidades — públicas ou privadas —, de quantidade de orientandos, conceito do PPGE ou número de atividades desenvolvidas nos processos de trabalho. Independe também de fatores como faixa etária dos professores ou tempo de atuação na pós-graduação, embora professores que atuavam havia mais tempo tenham expressado comparações entre os processos

de trabalho realizados atualmente e outros períodos em que o uso de tecnologias móveis não era tão intensivo em seu cotidiano. O panorama do trabalho docente na pós-graduação *stricto sensu* em educação, de acordo com os depoimentos dos professores, é de constante atividade, invasão de privacidade e diluição de horários e espaços públicos e privados, número ilimitado de horas de trabalho, trabalho em qualquer local e a qualquer tempo, perda de controle sobre o próprio tempo de descanso e inexistência de um “horário comercial”. No conjunto, esses depoimentos apontam para a diminuição ou o desaparecimento de finais de semana, férias e momentos de descanso, de lazer ou em família, remetendo ao que Marx (2011) se referia como base miserável da produção — nesse caso, da produção acadêmica. Não se trata, evidentemente, de comparar as condições de trabalho do operariado que Marx analisou com as condições de trabalho de professores da pós-graduação brasileira no tempo presente, mas sim de fazer uma analogia endossada pelos estudos de Antunes e Braga (2011) e Lima e Oliveira (2017) de que, em contextos de “trabalho virtual”, coexistem tecnologias e metodologias de ponta do século XXI com condicionantes de trabalho semelhantes ao do século XIX no que diz respeito ao controle e gestão do tempo (ou dos prazos) para a materialização da produção.

Em sentido semelhante, compelido à ideologia do produtivismo resultante das políticas educacionais, que então se constitui como pilar central da cultura universitária contemporânea, “o professor-pesquisador já a incorporou de tal forma que, para ele, tornou-se natural não ter tempo para o lazer, para a família, para o legítimo, necessário e humano descanso do final de semana. Seu trabalho converteu-se em sua droga cotidiana, sua paixão” (Sguissardi e Silva Jr., 2009, p. 43-44). A incorporação das TDs e o decorrente aspecto ubíquo do trabalho, dentro das condições de trabalho na pós-graduação, podem estar fortalecendo esse *vício em trabalhar*, que também aparece em alguns depoimentos, em virtude do chamado tecnoestresse, um estado psicológico negativo de exaustão emocional relacionado ao uso (ou ameaça de uso) das TDs no trabalho, caracterizado pela inabilidade de lidar de forma saudável com as tecnologias. Em suas pesquisas sobre incorporação de tecnologias em processos de trabalho, Carlotto (2010) demonstra a relação entre a ansiedade provocada pelo tecnoestresse e a adição de trabalho (fenômeno caracterizado pelo trabalho excessivo associado com a necessidade de trabalhar constantemente), o que pode desencadear processualmente problemas físicos e psicossomáticos, uma vez que o indivíduo vai perdendo gradativamente o controle emocional em relação às exigências do seu trabalho. Daí a percepção de que o trabalho ubíquo na pós-graduação se define como “intenso, esgotante” (P090) em alguns casos.

Adição de trabalho em decorrência do tecnoestresse corrobora as conclusões de Sguissardi e Silva Jr. (2009) de que a vida pessoal e familiar dos professores torna-se refém da prática universitária, o que pode ser apreendido em alguns dos depoimentos do estudo que realizamos: “Intensificou-se a não separação de trabalho e família, ou trabalho e lazer (eu já misturava isso, usando o tempo fora da universidade para o trabalho. Agora, muito mais!)” (P130). “O tempo pessoal diminuiu e o tempo profissional aumentou” (P158). “Avalio que [as TDs] cada vez se tornam mais presentes e que isso acaba por não delimitar mais os momentos de lazer e trabalho. Mesmo em férias não há como se desligar das atividades de orien-

tação, por exemplo. Faço correções e interajo com os alunos” (P167). Em paralelo, a conjugação entre intensificação e extensificação do trabalho leva a uma prática aparentemente cada vez mais comum (entre 72,9% dos professores) de reservar um tempo de seu descanso para responder a *e-mails* de trabalho ou realizar outras atividades da pós-graduação com o uso das TDs.

Ressaltamos que não é objeto de análise deste artigo discutir se existe ou não um produtivismo instaurado na pós-graduação em educação brasileira ou de discutir se tal produtivismo pode ser mensurado apenas de modo objetivo por meio de publicações indexadas, como presente nas análises de Macedo e Sousa (2010), haja vista que a atividade “produtiva” docente envolve outras dimensões e outros processos de trabalho. No entanto, para além das questões do evidente aumento número de edições anuais de periódicos da área, da quantidade de trabalhos avaliados e o consequente aumento no número de artigos publicados anualmente, o que está em questão é o arranjo das políticas educacionais que, entre outros aspectos, atrelam os maiores conceitos aos programas de pós-graduação com a produção bibliográfica do corpo docente. Resumir a lógica do produtivismo à quantidade de produções efetivamente publicadas seria desconsiderar todos os processos anteriores de pesquisa e análises, o que inclui a produção acadêmica e a submissão de trabalhos que não são aprovados para publicações em periódicos e eventos — o que não quer dizer que inexistam uma lógica ou uma orientação produtivista subjacentes aos programas, como mostram os estudos de Bianchetti e Vale (2014), Costa Júnior (2011), Fonseca e Oliveira (2010), Mota Júnior (2011), Nogueira (2012), Oliveira (2015), Zuin e Bianchetti (2015), entre outros. Em outros termos, tempo e práxis de trabalho docente são mobilizados em produções que não são quantificáveis, porque não publicadas e, portanto, não contabilizados pelas agências reguladoras.

Tal “invisibilidade” de tempo e práxis também aparece nos processos de trabalho docente na pós-graduação. Em nosso estudo, com base na descrição que os participantes da pesquisa fizeram sobre o seu trabalho na universidade, categorizamos *a posteriori* 80 tipos de atividades distintas as quais estão envolvidos os professores de pós-graduação, no ensino, na pesquisa, na extensão, na gestão universitária e na publicização da produção científica. Muitas delas são atividades que extrapolam o tripé ensino-pesquisa-extensão na forma concebida no senso comum e, sobretudo, que extrapolam a jornada formal de trabalho (organização de eventos, composição de bancas, relatorias, comitês e comissões diversas, pareceres *ad hoc*, entre outras). No que diz respeito a essa questão, em nossa análise não desconsideramos que os usos das tecnologias são vetores importantes para viabilizar a realização das tarefas nas condições de trabalho existentes. Reside aí o caráter contraditório e ambíguo dos usos das TDs e móveis no trabalho docente na pós-graduação, conforme os participantes do estudo representaram e analisaram seus processos de trabalho.

Essa especificidade, a nosso ver, diz respeito ao entendimento de que os modos como cada professor lida com as TDs e com o seu próprio trabalho possuem características particulares e subjetivas. Assim, em consonância com os estudos do trabalho (Boltanski e Chiapello 2009; Leplat e Cuny, 1983), mais importante que tentar encontrar explicações totalizantes é analisar os elementos que constituem o mosaico do trabalho docente universitário, permeado por tecnologias. A organiza-

ção das respostas dos participantes do estudo permitem categorizar os principais elementos evidenciados sobre os seus processos de trabalho com o uso de TDs e móveis: invasão de tempos e espaços de não trabalho; processos comunicacionais mais eficientes com colegas e estudantes; aumento de volume e intensidade de trabalho; maior acesso à informação, a outros pesquisadores e à produção científica; maior facilidade na produção e organização de aulas, pesquisas e escrita acadêmica; disponibilidade em tempo integral; ampliação do número de tarefas; mal-estar docente e nas condições de saúde; diminuição de deslocamentos físicos; organização de processos burocráticos; ambiguidades na flexibilidade de espaços e tempos; interrupções constantes e ampliação de demandas urgentes; controle sobre o trabalho do professor; compressão do tempo e aceleração da velocidade das respostas às demandas. Uma análise mais acurada, por sua vez, permite evidenciar o caráter muitas vezes ambíguo e contraditório de como essas características são percebidas pelos docentes. Entretanto, no recorte deste texto, nosso enfoque é priorizar as relações entre as características da ubiquidade e o trabalho docente.

Dessa maneira, destacamos que as aparentes facilidades trazidas pelas tecnologias de se acessar o trabalho a qualquer espaço e tempo têm contribuído, pela análise das práticas que os professores relataram, para uma cultura de antecipar as demandas do “expediente”. Além de preparar aulas e avaliar trabalhos — o que já está naturalizado no senso comum como uma atividade que os professores de diferentes níveis de ensino realizam em momentos nem sempre contabilizados como tempo de trabalho —, com a informatização de processos passa-se a naturalizar também as práticas de aos fins de semana iniciar o expediente, respondendo a *e-mails* de trabalho (orientandos, chefias de departamento, coordenações de curso) e atendendo a outras solicitações que formalmente deveriam ser atendidas na segunda-feira. A questão-chave desse processo é que, na prática, antecipar tais demandas não reverte em mais tempo — formal ou não — para o professor/pesquisador; a sensação é a de que, ao antecipar as demandas de trabalho, eles estão mantendo “o trabalho em dia” (P013), como se estivessem atribuindo a si a responsabilidade pelo trabalho acumulado durante o fim de semana, sendo que esse é um período originariamente destinado ao não trabalho. Tem-se, nesse sentido, um elemento novo no trabalho docente com a incorporação das tecnologias: não apenas o trabalho é permeado pela ubiquidade, mas a ubiquidade também é permeada pelo trabalho, tornando ainda mais complexa a separação de tempos e espaços e a percepção que se tem sobre eles.

A exigência — sempre presente, embora nem sempre explícita — e a cultura de trabalhar o tempo todo parecem ser um processo sem volta, à medida que tal cultura é incorporada pelas novas gerações de professores que ingressam na pós-graduação sob a lógica produtivista. Alguns depoimentos ilustram essa noção:

A intensificação do trabalho é visível, e os tempos de trabalho e lazer se misturaram completamente, e creio que de forma irreversível. Assim, trabalho na pós-graduação todos os dias, a todo tempo. Isso não é, em si, um mal. A questão é que o número de tarefas realizadas aumentou muito e a expectativa dos outros - colegas, orientandos, familiares - é que estas sejam executadas imediatamente, o que gera uma grande tensão. Tanto para mim quanto para os outros. (P188)

Para mim, as maiores alterações são no dimensionamento do tempo livre e volume de trabalho. Como o acesso é livre e a todo momento, eu me sinto o tempo todo trabalhando, mesmo em momentos de lazer, uma vez que há uma exigência velada que suas respostas sejam rápidas e contínuas. (P266)

Nesse contexto, em que a universidade brasileira — e dentro dela a pós-graduação — opera cada vez mais sob a lógica mercantil, na qual a orientação para o produtivismo exacerbado baliza o trabalho do professor/pesquisador, o redimensionamento espaço-temporal parece vir ao encontro do que Sennett (2012) chama de “flexitempo”, uma nova estratégia de controle utilizada no mundo empresarial surgida das necessidades do novo capitalismo, tornada possível pela utilização das TDs e pelo modo de vida ubíquo. Em sentido semelhante, o ardil da flexibilidade da distribuição de tempos de trabalho e de não trabalho na pós-graduação brasileira, sem exageros, aproxima o trabalho docente das práticas da informalidade, que historicamente fragiliza, precariza e desgasta ainda mais o trabalho (Dal Rosso, 2017). O prolongamento da jornada de trabalho, nos casos que evidenciamos, não necessariamente ocorre dentro das universidades, uma vez que com o uso das TDs o trabalho pode ser transportado para qualquer lugar e estar sempre ao alcance de um clique (ou toque, usando uma simbologia mais contemporânea). Isso faz com que 88,7% dos professores levem trabalho para casa sempre ou frequentemente. Nessa direção, as TDs passam a ser utilizadas a serviço da exploração e, no contexto da pós-graduação, como mecanismos de autointensificação do trabalho, cujas condições podem ser sintetizadas neste depoimento:

Todos, a todo momento, todos os dias depois do período de trabalho, nos feriados, finais de semana ou férias, encaminham tarefas para serem realizadas, sem qualquer atenção para as necessidades de descanso e lazer. A administração da universidade, coordenadores, diretores etc. encaminham solicitações de pareceres, tarefas administrativas etc. e mesmo as agências de fomento à pesquisa solicitam pareceres (com prazos) ou solicitam providências em processos em períodos de férias. O uso das redes sociais intensificou o trabalho e todos acreditam que todos devem estar presentes nestas redes, e muitas vezes o acesso a determinados sites ou agendas só podem ser realizados por meio dessas redes, obrigando os docentes a estarem sempre conectados. Em minha opinião, o problema, na verdade, não está nas TDs, em si, mas na ausência de regulamentação dos processos de trabalho de um lado, na necessidade que se criou de usar as TDs como elevação da produtividade, elevando a relação concorrencial entre pesquisadores [...]. Estamos diante do império do fugaz, efêmero e sempre substituível campo de um processo de informação que tem substituído os processos de formação. (P289)

Esse panorama evidencia que as relações entre produtividade e produtivismo acadêmico, ampliação de tempos e espaços de trabalho na pós-graduação e uso das TDs nos processos de trabalho formam um quadro complexo, que muito recentemente começa a ser explicitado e a ganhar definições. Na contracorrente

da cultura digital, os efeitos contraditórios do “atropelamento informacional” têm gerado ponderações, ainda que à margem das discussões predominantes que envolvem a emergência dessa cultura. Para além da extensificação e da intensificação do trabalho conjugadas, evidenciamos também outro processo que parece estar se tornando corriqueiro na cultura da pós-graduação: “a instalação de uma cultura de total disponibilidade do docente” (P003), em virtude da comunicação ubíqua propiciada pelas redes e dispositivos digitais.

MULTITAREFAS E POLIVALENTES: PROFESSORES UBÍQUOS E A CORROSÃO DO TEMPO DE ÓCIO

O ambiente ubíquo no qual se desenvolve o trabalho na pós-graduação é propício ao desenvolvimento de uma atividade multitarefa e polivalente. Em primeiro lugar, pela quantidade de tarefas delegadas aos professores: no estudo, como já citado, identificamos mais de 80 atividades diferentes citadas por eles como inerentes aos seus processos de trabalho. Em segundo lugar, pela insuficiência de tempo na jornada de trabalho para sua realização: 71,4% dos professores consideraram a jornada de trabalho insuficiente; desses, 94% estendiam a jornada de trabalho para casa como estratégia de enfrentamento ao “atropelamento informacional e de várias tarefas requisitadas ao mesmo tempo” (P181). O aumento do número de tarefas, a informatização de processos, o enxugamento do quadro de servidores técnicos administrativos e a consequente absorção pelo professor de algumas atividades burocráticas, o uso de plataformas variadas para acessar e alimentar sistemas diversos das universidades configuram-se como fatores decisivos que compelem os professores a uma atividade multitarefa em ambiente ubíquo: para 84,3% dos professores, o uso das TDs em seus processos de trabalho favorece que tarefas sejam realizadas ao mesmo tempo.

Todavia, o caráter multitarefa adquirido pelo uso das tecnologias para a realização do trabalho tem efeitos controversos. Para 67,9% dos pesquisados, estar “presente” e “ao alcance” das pessoas por meio de TDs e/ou móveis enquanto se está trabalhando prejudica o desenvolvimento das atividades. Já para 77,1% dos professores, o uso das TDs favorece interrupções nos processos de trabalho, como pausar a atividade para checar *e-mails*, acessar redes sociais e *links* não necessariamente ligados ao trabalho do momento. Ressaltamos aqui o caráter contraditório da permeabilização de fronteiras entre tempos e espaços de trabalho e não trabalho, na medida em que a comunicação ubíqua pode, além de fazer com que o trabalho invada tempos e espaços de não trabalho, contribuir para o inverso. Em que isso repercute para a qualidade do trabalho ou para a dimensão subjetiva de perceber e/ou distinguir quais são os tempos-espaços dessa atividade são questões a serem respondidas por pesquisas futuras.

Em sentido semelhante, a incorporação das TDs propicia que a maioria dos professores realize mais de uma tarefa ao mesmo tempo no contexto de trabalho da pós-graduação. Para 34,6% dos professores, esse é um aspecto desvantajoso, pois não reverte em mais tempo livre para o professor. Outros 34,5% entendem que esse

é um aspecto vantajoso, por permitir que o professor otimize seu tempo. Por sua vez, 19,6% dos pesquisados avaliaram que a simultaneidade de tarefas realizadas com o uso das TDs é extremamente desvantajosa para o professor, que trabalha “a mais” no mesmo período de tempo. Desse modo, as aparentes vantagens de ser multitarefa podem ocultar, sob a aparência de proficiência e ganho de tempo, uma relação de intensificação do trabalho docente, de exploração ou mesmo expropriação do tempo. Em nossa análise, essa é uma questão controversa, pois elaborar um texto enquanto o computador processa outra informação é diferente de produzir um texto enquanto se atende a uma solicitação, de responder a um *e-mail* durante uma reunião ou seminário, ou de responder a mensagens via dispositivos móveis durante as aulas. Tais práticas, por sua vez, cada vez mais comuns na pós-graduação, repercutem tanto na economia da atenção quanto na profundidade da concentração.

A capacidade de ser multitarefa, relacionada a ser mais produtivo e eficiente realizando certo número de tarefas ao mesmo tempo, por um determinado período, é um dos atributos elogiados e desejáveis que emergem dos discursos no âmbito da cultura digital. Trata-se de uma das características principais que Prensky (2001) identificou nos indivíduos socializados com usos das TDs, o que poderia lhes conferir maior capacidade de processar informações e resolver problemas em menos tempo. Ser multitarefa, no entanto, modifica a economia da atenção, que se fragmenta, e no entender de Han (2015) pode ser destruída. Segundo o autor, a técnica temporal de ser multitarefa não traz nenhum progresso no processo civilizatório: ao contrário, trata-se de um retrocesso, pois gera uma atenção ampla, porém rasa, que se assemelha à atenção de um animal selvagem, que na natureza é obrigado a dividir sua atenção em diversas atividades (caçar e não ser caçado, por exemplo). Tal *modus operandi*, evidentemente, é o oposto do que constitui o processo civilizador (Elias, 1994), e o oposto também do que a atividade intelectual, própria do trabalho docente na pós-graduação *stricto sensu*, comumente requer. Paradoxalmente, “as mais recentes evoluções sociais e a mudança na estrutura de atenção aproximam cada vez mais a sociedade humana da vida selvagem” (Han, 2015, p. 32).

De nossa perspectiva, a incorporação de TDs e móveis ao cotidiano propicia a realização de atividades simultâneas, pois a técnica de ser multitarefa aparece como estratégia adotada pelos professores da pós-graduação, na tentativa de dar conta das demandas e dos prazos diante do acúmulo de atividades, considerando que o tempo cronológico permanece o mesmo — o dia segue tendo 24 horas, independentemente das tecnologias existentes. No entanto, entendemos que é uma estratégia que desafia a própria racionalidade dos processos culturais e civilizatórios que marcam a distinção do gênero humano, pelos motivos apresentados anteriormente, com base nas análises de Han (2015) e de acordo com o sentido de multitarefa empregado no texto como estratégia de realização de um volume maior de tarefa em um mesmo período de tempo.

Além da técnica de ser multitarefa, o sentido de onipresença também emerge como preocupação decorrente dos efeitos psíquicos da ubiquidade e dos processos comunicacionais instaurados por ela. A comunicação ubíqua que se realiza em situações fluidas redundando na ubiquidade dos dispositivos, das informações, dos ambientes, dos corpos e das mentes, tornando os seres humanos em seres ubíquos,

intermitentemente presentes–ausentes (Santaella, 2013), cujos efeitos ainda não podem ser totalmente apreendidos, embora sejam percebidos. O uso de dispositivos móveis tem repercutido de muitas maneiras no trabalho docente realizado na pós-graduação, assim como na vida social em geral: 27,8% dos professores afirmaram que sempre, e 45,2% afirmaram que frequentemente são requisitados por meio desses dispositivos (com mensagens instantâneas de aplicativos como WhatsApp ou de chamadas telefônicas) para fins de trabalho enquanto estão realizando outra atividade de trabalho. Nessa ambiência ubíqua, ao mesmo tempo em que as tecnologias auxiliam os professores em uma série de tarefas, os “mantêm em contato permanente com o trabalho” (P016), isso por causa de demandas contínuas e excesso de solicitações via processos comunicacionais ubíquos e pervasivos.

No mesmo contexto, as exigências do modo de trabalhar na pós-graduação condicionam os professores a estarem de prontidão, em posição de alerta, para atender às demandas que chegam nos mais variados horários e a qualquer dia da semana, convertendo essa atividade, em muitos casos, em um regime de trabalho 24/7, segundo a perspectiva de Crary (2014). Essas imposições são colocadas tanto pelo ambiente de trabalho quanto pelo próprio indivíduo: “estar disponível sempre” (P271) e “estar ‘ao alcance’ dos alunos (e de todos) a todo momento” (P236) remetem à ideia de duplo movimento de ausência-presença simultaneamente em diferentes espaços, de modo cada vez mais contínuo. Essa condição favorece a disposição ao trabalho e acentua as relações de exploração evidenciadas em alguns depoimentos: “Ampliou minha carga horária de trabalho sem aumento correspondente do salário. O número de horas trabalhadas é ilimitado, considerando o quanto trabalho em casa, usando meu computador” (P067). Nesse movimento, a positividade — que normalmente cerca o conceito de ubiquidade — ganha novos contornos, à medida que a aparente engenhosidade se metamorfoseia em expropriação em massa de tempo e práxis (Crary, 2014) e “o excesso de trabalho e desempenho agudiza-se numa autoexploração [...] mais eficiente do que uma exploração pelo outro, pois caminha de mãos dadas com o sentimento de liberdade” (Han, 2015, p. 30).

Essas características do trabalho ubíquo repercutem na atenção parcial contínua, isto é, o ato de “prestar atenção parcial continuamente, por causa de um desejo [...] de conectar e ser conectado, de não perder nada, sempre em alto estado de alerta” (Santaella, 2007, p. 239). Uma das consequências desse fenômeno é o paradoxal sentimento de vazio e a perda da capacidade de diferenciar situações que exijam alta e baixa densidade de atenção. Han (2015), referindo-se à falta de atenção profunda que o modo de vida contemporâneo fomenta, enfatiza que os desempenhos culturais da humanidade pressupõem uma ambiência em que essa atenção profunda seja possível. No entanto, a ubiquidade a desloca para um estado de atenção dispersa, caracterizada pela rápida mudança de foco entre diversas atividades, fontes informativas e processos. Nesse sentido, em conjunto com as condições de trabalho na pós-graduação, a ubiquidade instaura um obstáculo ao próprio trabalho intelectual dos professores, de modo paradoxal. Ao mesmo tempo em que expande as possibilidades de trânsito em espaços distintos, simultaneamente — o que contribui em ganho de tempo para o aumento da produtividade — desencadeia os controversos processos multitarefa e de atenção parcial contínua: estes minam o estado de

atenção profunda e contemplativa e de ócio, condição para os processos criativos que fazem parte da atividade intelectual e que repercutem na própria questão da produtividade e da identidade do professor/pesquisador de pós-graduação, acentuando o fim dos intelectuais acadêmicos (Bianchetti, Valle e Pereira, 2015). A esse respeito, nos alinhamos à literatura especializada (Han, 2015; Kehl, 2009; Powers, 2012), que resgata a importância dos momentos de ócio — compreendidos como momentos de baixa demanda de concentração e atenção — que possam permitir a reorganização dos processos cognitivos e psíquicos, fundamentais em atividades nas quais se lida com um grande volume de (novas) informações, que precisam ser processadas, selecionadas e armazenadas pelas estruturas cognitivas. A eliminação ou a ausência desses momentos têm levado, segundo Han (2015), à ansiedade típica da sociedade do desempenho/cansaço, na qual doenças contemporâneas como depressão, transtorno de déficit de atenção com síndrome de hiperatividade (TDAH), transtorno de personalidade limítrofe ou síndrome de Burnout são tidas como patologias sistêmicas neste século. Essas patologias estão associadas, em parte, à aceleração dos ritmos de vida e de trabalho e ao excesso de estímulos externos, entre os quais a superexposição às comunicações por meio das TDs e móveis.

Há, portanto, uma corrosão do ócio, necessário ao trabalho intelectual típico da pesquisa e da pós-graduação, como evidenciamos nos depoimentos dos professores pesquisados: “diminuí o tempo de descanso” (P041) ou, em outros casos, é “o fim do descanso” (P036). “Meu tempo de ócio diminuiu. Sinto-me uma máquina” (P133). Esses depoimentos reportam ao que Marx (1996) anunciava em seus escritos: sem tempo livre, a humanidade é rebaixada à categoria de uma simples máquina, fisicamente destruída e espiritualmente animalizada. Embora Marx estivesse analisando as degradantes condições de trabalho de operários do século XIX, absolutamente diversa das condições de trabalho de professores universitários do século XXI, não seria exagero compreender o fenômeno como uma condição da lógica imanente do capital, que, conforme demonstrado pela história, visa incessantemente conduzir a classe trabalhadora a níveis de degradação *aceitáveis* em cada momento histórico. Atenuadas as proporções dessas relações entre operários fabris do século XIX e professores universitários do século XXI, tem-se que o trabalhador contemporâneo, em ritmo de vida e trabalho intensos (Crary, 2014; Powers, 2012) e às voltas com o excesso de estímulos oriundos da cultura digital (Santaella, 2007), se vê em meio a um estado contínuo de hiperatenção — a atenção dispersa que não tolera o ócio. Nessa perspectiva, mais que vivermos em uma sociedade cansada e doente, “por falta de repouso, nossa civilização caminha para uma nova barbárie” (Han, 2015, p. 37).

As menções de que o “trabalho é realizado o tempo todo” ou de que qualquer momento se converte em momento de trabalho acabam repetindo-se nos depoimentos dos professores participantes da pesquisa e podem ser assim sintetizadas: “O trabalho agora é *full time*” (P144). Um elemento-chave para compreender os vetores desse trabalho *full time* — haja vista que o professor não é obrigado a continuar trabalhando para além dos contatos formais de trabalho, o que nem implica diminuição do seu salário — passa pela dimensão subjetiva desse trabalho, conforme estudos de Sguissardi e Silva Jr. (2009) e de

Dal Rosso (2017), ao analisarem a existência de coerções simbólicas em determinadas atividades, que levam os trabalhadores a um processo de autoexploração e autointensificação do trabalho. Nos depoimentos analisados, encontramos aqueles em que os docentes explicitam as expectativas de respostas “urgentes e urgentíssimas” às demandas de estudantes e gestores universitários. Entre as alterações no trabalho docente com a comunicação ubíqua, encontramos a intensificação de contatos via dispositivos móveis e redes sociais, seja de professores, alunos e orientandos ou mesmo de candidatos a orientandos, que têm gerado demandas a mais de trabalho, pois exigem respostas. “Sei de professores que não respondem, mas vejo a difamação que isso gera na comunidade, especialmente entre os alunos, pois queixas chegam constantemente aos professores e gestores” (P086). Dessa forma, no âmbito da pós-graduação, uma das faces do mal-estar instaurado na atividade docente reside nos limites das possibilidades de escolha (e suas consequências) em atender a todas as demandas que chegam via dispositivos digitais e móveis. Mais que uma forma de conduta no âmbito da cultura digital, trata-se de uma questão de reputação — quicá de sobrevivência — na própria comunidade acadêmica, o que parece justificar a opção, em muitos casos, de se manter conectado mesmo sob risco de receber demandas de trabalho até em contextos de não trabalho.

Essa ampliação do trabalho para todo e qualquer espaço e tempo de vida redimensiona o próprio papel do professor ou como ele representa sua identidade docente nessa ambiência: “De certa forma, me tornei ‘atemporal’” (P121). Essa identidade, quase sobrenatural, resume como muitos professores se veem em relação ao seu trabalho na pós-graduação diante de “uma ampliação da relação espaço-tempo para uma quantidade muito maior de ‘trabalho direto’, ou seja, atenção aos alunos e à coordenação” (P121), que, na impossibilidade de ser realizado com superpoderes, acaba sugando as energias dos docentes: “A principal alteração é o trabalho em tempo integral. Durmo pouco e sempre com uso de remédios, vivo cansado, irritado, esgotado, exausto e sempre pressionado por muitos prazos e urgências todos os dias” (P003); “Não tenho tempo de fazer nada” (P244).

Com base nesses depoimentos, fica claro que pelo menos para uma parte dos professores da pós-graduação brasileira não apenas as condições de trabalho são degradantes, mas também as próprias condições de vida e saúde, visto que em muitos casos o trabalho é definido como de tempo integral, levando às últimas consequências a expressão “dedicação exclusiva” que caracteriza o regime de contratação da maioria dos professores pesquisados. Aqui, cabe destacar uma importante distinção na natureza desse trabalho docente: embora o tipo de atividade realizada pelos professores seja intelectual, os processos de trabalho não são voltados exclusivamente para realizações criativas — como as artísticas, que em muitos casos extrapolam as dimensões espaciotemporais —, pois os contratos de trabalho possuem na categoria tempo seu principal fator de remuneração, tal como em trabalhos manuais, e que, além disso, ensejam determinadas características de produção encerradas em prazos (semestres letivos, horas/aula de disciplinas, prazos para submissão de projetos e de conclusão de

orientações) e métricas de avaliação internas e externas à universidade, que se materializam na forma de conceitos institucionais, de cursos e de programas. São nessas características — e não nas relacionadas à criatividade e intelectualidade mobilizadas na atividade docente — que residem os vetores para a precarização e/ou intensificação do trabalho docente na universidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É notório que o uso das TDs e móveis tem provocado uma série de modificações nas práticas culturais e comunicacionais, que incidem em processos de trabalho, em processos educacionais e na forma de fazer pesquisa. As pesquisas que temos realizado têm evidenciado, sob diferentes aspectos, quais são e como se manifestam essas modificações. Na pesquisa da qual resulta o presente texto, puderam ser evidenciadas diferentes estratégias de uso das TDs para distintas atividades. Do mesmo modo, empregamos no desenho da pesquisa diferentes tecnologias que, entre suas características, propiciam ganhos de tempo e otimização de processos, como citado no decorrer do texto. Todavia, subjacente a ganhos e melhorias, especificidades das mediações tecnológicas podem apresentar ambiguidades, quando relacionadas a processos de trabalho, questões estas mais bem visualizadas na análise dos resultados da pesquisa, e não tanto em seu desenho.

No contexto analisado do trabalho docente na pós-graduação *stricto sensu* em educação, a ubiquidade adquire um caráter paradoxal: permite ao professor transitar de modo mais fluido entre os diferentes espaços, otimizar o tempo de trabalho, reduzir distâncias e deslocamentos físicos, otimizar a comunicação com os pares e instaurar processos de trabalho não presenciais, mas também permite o desencadeamento de um processo que coloca o professor em constante contato com o trabalho. A ubiquidade, nesse sentido, avança para além das potencialidades comumente positivas da simultaneidade de estar presente em dois espaços distintos, para os riscos das consequências desse fenômeno: tendo surgido no âmbito do modo de produção capitalista, a ubiquidade é convertida à sua lógica, compelindo os professores/pesquisadores ubíquos a demandarem seus pares a fim de, no horizonte, atenderem às demandas por produtividade ou cumprimento de prazos. Por essa lógica, não cabe falar meramente em trabalho intensificado, mas sim em trabalho (auto)in/extensificado.

Os atributos da ubiquidade repercutem sobre a relação presença-ausência e sobre a mobilidade simultânea por diferentes espaços. O lugar converte-se em transitório e o indivíduo passa a estar sempre presente, mesmo que esteja fisicamente ausente. Mas, na lógica do trabalho da pós-graduação, a onipresença promovida pela comunicação ubíqua não tem nada de sobrenatural, ao contrário, inscreve-se nas condições humanas no limiar das características precárias de trabalho, pois significa que o indivíduo está onipresente para o trabalho, assim como o trabalho está onipresente para o indivíduo. Paradoxal e eventualmente, essa onipresença garante maior produtividade — o que pode ser visto como vantajoso em alguns casos e até mesmo como um atributo de engenhosidade do indivíduo

produtivo. Porém a ampliação de tempos de trabalho e sua intensificação são as marcas que mais se evidenciam nesse processo, de acordo com depoimentos dos participantes da pesquisa.

A temática do trabalho ubíquo ainda precisa ser mais bem compreendida. Contudo, os deslocamentos de lugares, espaços e tempos, a ubiquidade da comunicação, a simultaneidade e o impulso para levar o trabalhador a produzir em uma tessitura 24/7, como afirma Crary (2014), em muitos pontos se aproxima dos depoimentos que evidenciamos no decorrer da pesquisa com professore dos cursos de doutorado em educação. Ao produzirem em todos os espaços, *on-line* e *off-line*, o professor e o seu trabalho ubíquo parecem ser a última palavra de performatividade e produtividade na sociedade do desempenho (Han, 2015), na qual se realiza o trabalho na pós-graduação.

Por fim, a despeito das inúmeras potencialidades e indagações que a vida ubíqua suscita, não podemos perder de vista que esse modo de estar *on-line* também é alcançado pelas relações de produção do modo capitalista, que coloniza o tempo livre com obrigações em rede (Powers, 2012) e amplia os espaços e tempos de produção. Na pesquisa realizada, foi possível evidenciar que o trabalho docente na pós-graduação não se faz sem o uso das TDs e é ubíquo à medida que exige deslocamentos do *off-line* para o *on-line* de modo incessante. Além de o trabalho ter caráter ubíquo, o próprio professor torna-se ubíquo, pela característica de sua atividade e também em virtude de estar imbricado em uma cultura cada vez mais digitalizada.

Ser ubíquo e estar sempre presente em diferentes espaços significa, no modo de produção vigente, estar conectado para produzir ou consumir durante todo o tempo. A expressão “trabalho *full time* na pós-graduação com o uso de tecnologias digitais” talvez não seja (ainda) uma generalidade, mas não podemos negar que as tecnologias mais importantes criadas nos últimos dois séculos foram aquelas vinculadas à administração e ao controle dos trabalhadores 24 horas por dia, sete dias por semana, conforme Crary (2014, p. 39) enfatiza: a tessitura 24/7 “anuncia um tempo sem tempo, [...] sem demarcação material ou identificável [...]. Implacavelmente redutor, celebra a alucinação da presença, de uma permanência inalterável, composta de alterações incessantes e automáticas. [...] o caráter inexorável do 24/7 repousa em sua temporalidade impossível”. O trabalho ubíquo não é apenas uma dimensão desse processo, mas talvez a mais importante dele.

REFERÊNCIAS

ABÍLIO, L. C. **Uberização do trabalho**: subsunção real da viração. São Paulo, Blog da Boitempo, 22 fev. 2017. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2017/02/22/uberizacao-do-trabalho-subsuncao-real-da-viracao/>. Acesso em: 28 fev. 2019.

ALVES, G. **Trabalho e subjetividade**: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

ANTUNES, R.; BRAGA, R. (org.). **Infoproletários**. Degradação real do trabalho virtual. São Paulo: Boitempo, 2011.

AUGÉ, M. **Para onde foi o futuro?** Campinas: Papyrus, 2012.

BARBETTA, P. A. **Estatística aplicada às ciências sociais**. 5. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2002.

BASTOS, R. L. A. Desemprego tecnológico. *In*: CATTANI, A.; HOLZMANN, L. (org.). **Dicionário de trabalho e tecnologia**. 2. ed. rev. ampl. Porto Alegre: Zouk Editora, 2011. p. 105-108.

BIANCHETTI, L. **Da chave de fenda ao laptop**. Tecnologia digital, novas qualificações e desafios à educação. 2. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008.

BIANCHETTI, L.; VALLE, I. R. Produtivismo acadêmico e decorrências às condições de vida/trabalho de pesquisadores brasileiros e europeus. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 82, p. 89-110, jan./mar. 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-40362014000100005>

BIANCHETTI, L.; VALE, I. R.; PEREIRA, G. R. **O fim dos intelectuais acadêmicos?** Induções da CAPES e desafios às associações científicas. Campinas: Autores Associados, 2015.

BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, É. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

CARLOTTO, M. S. Fatores de risco do tecnoestresse em trabalhadores que utilizam tecnologias de informação e comunicação. **Estudos de Psicologia**, Natal, n. 15, p. 319-324, set./dez. 2010. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-294X2010000300012>

CATTANI, A.; HOLZMANN, L. (org.). **Dicionário de trabalho e tecnologia**. 2. ed. rev. ampl. Porto Alegre: Zouk Editora, 2011.

CHAUÍ, M. A universidade operacional. **Avaliação — Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas; Sorocaba, v. 4, n. 3, p. 3-8, out./dez. 1999.

COSTA JÚNIOR, W. R. Política de avaliação da pós-graduação e suas consequências no trabalho dos professores-pesquisadores. *In*: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 34., 2011, Natal. **Anais [...]** Natal: ANPEd, 2011. Disponível em: <http://goo.gl/rfdkAi>. Acesso em: 21 abr. 2014.

CRARY, J. **24/7 – capitalismo tardio e os fins do sono**. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

DAL ROSSO, S. **Mais Trabalho!** A intensidade do labor na sociedade contemporânea. São Paulo: Boitempo, 2008.

DAL ROSSO, S. **O ardil da flexibilidade**: os trabalhadores e a teoria do valor. São Paulo: Boitempo, 2017.

ELIAS, N. **O processo civilizador**. Uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.v. 1.

FONSECA, M.; OLIVEIRA, J. F. Avaliação dos programas de pós-graduação e seu impacto na docência e na produção científica da universidade brasileira. *In*:

- SEMINÁRIO INTERNACIONAL RED ESTRADO, 8., 2010, Lima (Peru). **Anais** [...] Lima: CLACSO, 2010. CD-ROM.
- HAN, B. **Sociedade do cansaço**. Petrópolis: Vozes, 2015.
- HARVEY, D. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. 1. ed. rev. São Paulo: Boitempo, 2012.
- KEHL, M. R. **O tempo e o cão**: a atualidade das depressões. São Paulo: Boitempo, 2009.
- LEPLAT, J.; CUNY, X. **Introdução à psicologia do trabalho**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1983.
- LIMA, J. C.; OLIVEIRA, D. R. Trabalhadores digitais: as novas ocupações no trabalho informacional. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 32, n. 1, p. 115-143, jan./abr. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-69922017.3201006>
- MACEDO, E.; SOUSA, C. P. A pesquisa em educação no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 43, p. 166-176, jan./abr. 2010. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782010000100012>
- MARX, K. **O capital**. Crítica da economia política. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Os Pensadores).
- MARX, K. **Grundrisse**. Manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da teoria política. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MOTA JÚNIOR, W. P. **Os impactos do sistema 'CAPES' de avaliação sobre o trabalho docente na pós-graduação**: o caso da UFPA. 2011. 208 fls. Dissertação (Mestrado em Educação) — Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.
- NOGUEIRA, A. L. H. Concepções de “trabalho docente”: as condições concretas e os discursos das prescrições oficiais. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 121, p. 1.237-1.254, out./dez. 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302012000400017>
- OLIVEIRA, J. F. A pós-graduação e a pesquisa no Brasil: processos de regulação e de reconfiguração da formação e da produção do trabalho acadêmico. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 10, n. 2, p. 343-363, jul./dez. 2015. <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/7138>
- PARMA, G. O. C. **Inferência estatística**. Palhoça: Unisul Virtual, 2015.
- PAUGAM, S. (coord.). **A pesquisa sociológica**. Petrópolis: Vozes, 2015.
- POWERS, W. **O blackberry de Hamlet**. São Paulo: Alaúde, 2012.
- PRENSKY, M. Digital natives, digital immigrants. **On the Horizon**, United Kingdom, v. 9, n. 5, p. 1-6, 2001. <http://dx.doi.org/10.1108/10748120110424816>
- SANTAELLA, L. **Linguagens líquidas na era da mobilidade**. São Paulo: Paulus, 2007.
- SANTAELLA, L. **Culturas e artes do pós-humano**. 4. ed. São Paulo: Paulus, 2010.
- SANTAELLA, L. **Comunicação ubíqua**: repercussões na cultura e na educação. São Paulo: Paulus, 2013.

SENNETT, R. **A corrosão do caráter**: o desaparecimento das virtudes com o novo capitalismo. Rio de Janeiro: Edições BestBolso, 2012.

SGUISSARDI, V.; SILVA JR., J. R. **Trabalho intensificado nas federais**. Pós-graduação e produtivismo acadêmico. São Paulo: Xamã, 2009.

THOMPSON, J. B. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

TREIN, E.; RODRIGUES, J. O mal-estar na academia: produtivismo científico, o fetichismo do conhecimento mercadoria. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 48, p. 769-819, 2010. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782011000300012>

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZUIN, A. A. S.; BIANCHETTI, L. O produtivismo na era do “publique, apareça ou pereça”: um equilíbrio difícil e necessário. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 45, n. 158, p. 726-750, out./dez. 2015. Disponível em: <http://goo.gl/WDq7CD>. Acesso em: 22 jan. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/198053143294>

SOBRE OS AUTORES

RAFAEL DA CUNHA LARA é doutor em educação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Pesquisador do Laboratório de Sociologia do Trabalho (LASTRO/UFSC).

E-mail: rafael_dez@hotmail.com

ELISA MARIA QUARTIERO é doutora em mídia e conhecimento pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professora da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).

E-mail: elisa.quartiero@gmail.com

LUCÍDIO BIANCHETTI é doutor em educação: história, política e sociedade pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professor da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

E-mail: lucidio.bianchetti@pq.cnpq.br

Recebido em 27 de maio de 2018
Aprovado em 15 de outubro de 2018

